

Economia Popular Solidária e a afirmação de novos horizontes políticos

Rosalvo Schütz¹
UNIOESTE

RESUMO: A Economia Popular Solidária (EPS) é, hoje, uma realidade presente em diversos espaços sociais. O quanto este fato representa um avanço emancipatório ainda não pode ser afirmado com clareza. Claro, no entanto, se afigura que, no seu interior, estão se gestando novas referências de ação e de educação, referências capazes de impulsionar novas formas de organização social. Se essas referências vão realmente se afirmar enquanto novas formas de organização social, isto depende de como certas questões atualmente existentes serão encaminhadas. Afirmada a essencialidade pedagógica deste processo, a relação entre educação popular e EPS adquire grande importância. No presente ensaio, pretendemos explicitar algumas questões que podem contribuir no processo de estabelecimento de referências críticas a fim de fortalecer a produtividade desta relação.

PALAVRAS-CHAVES: Economia popular solidária; Ação pedagógica; Potencial emancipatório.

ABSTRACT: The Solidary Popular Economy (SPE) is today a reality present in several social spaces. However one cannot tell whether this fact represents an emancipatory breakthrough yet. Of course, however, in its interior new references of action and education are being administrated, in which they are capable of urging new ways of social organization. If they will really be affirmed depends on how certain currently existent issues are conducted. As soon as the Pedagogic essentiality of this process is affirmed, the relation between popular education and SPE acquires big importance. In the current rehearsal we intend to explain some issues that may contribute in the establishment of critic references in order to strengthen the productivity of this relation.

KEYWORDS: Solidary popular economy; Pedagogic action; Emancipatory potential.

INTRODUÇÃO

"E é como seres transformadores e criadores que os homens, em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também as instituições sociais, suas idéias, suas concepções" (FREIRE, 2002, p. 92).

Para quem está, ou já esteve, engajado em um processo com intenções libertárias, certamente pode afirmar que ele geralmente é permeado por contradições, altos e baixos, erros e acertos, e que pretender reduzi-lo a regras lineares e uniformes é a declaração de seu fim, uma vez que assim se perde seu caráter dinâmico onde se localizam os principais impulsos deste movimento. Abandoná-lo a automatismos, a supostos determinismos² é, pois, a negação de sua existência enquanto processualidade viva. É razoável, por isso, afirmar que somente uma práxis engajada, que conceba a realidade como aberta e dinâmica, seja realmente libertária (LUKÁCS, 1978, p. 452ss), o que, em outras palavras, nada mais significa do que afirmar o "caráter eminentemente pedagógico" (FREIRE, 2002, p. 54) dos processos de transformação, ou seja, de que nem o espontaneísmo nem o idealismo levam a reais transformações emancipatórias.

Para evitar estes extremos, a elaboração e/ou afirmação de um espaço/ referencial comum à diversidade de organizações e ações educativas, que sirva como uma espécie de indicador ou de espaço de confluência, de elaboração e de ação conjunta, tem se mostrado como um dispositivo muito importante. O partido político, muitas vezes, tem assumido esta função. É preciso reconhecer, no entanto, que os partidos vêm perdendo credibilidade no que diz respeito a esta função. Essa perda de credibilidade para essa função se deve, talvez, porque eles têm, muitas vezes, se revelado como espaços que, de antemão, já estão comprometidos com uma institucionalidade que não se coaduna com as aspirações emancipatórias de muitas organizações. Sem pôr em questão a importância tática dos partidos, a questão em torno da construção de novos referenciais comuns, a partir dos quais as esquerdas poderiam articular suas ações de forma estratégica, sem com isto ter de abdicar de suas aspirações emancipatórias e cair na falta de sentido, parece se colocar como uma tarefa vital.

A Economia Popular Solidária (EPS), na forma como ela se vem desenvolvendo hoje no Brasil e em outros países³, está se constituindo num espaço privilegiado de desenvolvimento da práxis educativo-libertadora. É uma dinâmica em construção, recém-iniciada e com múltiplas possibilidades, mas, talvez por isto mesmo, ainda muito suscetível a pressões e a objetivos estranhos a ela. No presente texto procuraremos defender que ela carrega consigo o potencial de ser uma nova referência comum para as esquerdas como um todo e, de modo especial,

para a educação popular. Para que isto seja possível, alguns dilemas precisam ser enfrentados. Ao evidenciar alguns destes dilemas, esperamos contribuir na afirmação da EPS enquanto possível referência estratégica.

A teses e as perguntas, que formulamos abaixo, querem se aproximar de dilemas e de contradições reais. Certamente as afirmações provocarão outras perguntas. As perguntas, por sua vez, já estão, de uma forma ou de outra, sendo respondidas pela prática. Importante é que sejam criadas referências, tanto para as práticas como para os debates, a fim de que o caráter libertário possa continuar sendo intencionalmente aprofundando, uma vez que persiste a possibilidade, como veremos, de a EPS tornar-se um instrumento de manutenção e de justificação da sociedade capitalista. O rumo que este processo tomará depende da forma como se articularão entre si mobilização, organização e as ações educativas (MANCE, 2003, p. 17). O potencial está aí, mas o caminho nos parece que precisa ainda ser construído, e ele ainda corre o risco de não levar a lugar nenhum.

Não pretendemos dizer mais do que a própria realidade permite dizer, especialmente a brasileira, com seus potenciais e suas contradições inerentes. Ao formular teses e perguntas, nada mais pretendemos que explicitar esta dinâmica, suas fronteiras reais e seu caráter radicalmente pedagógico.

I- ECONOMIA POPULAR, COOPERATIVISMO E ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA TEM ASPECTOS COMUNS, MAS NÃO DEVEM SER CONFUNDIDOS:

O cooperativismo, enquanto expressão social específica, com suas teorias correspondentes, existe desde 1844. Teve como impulso original a melhoria das condições de vida das vítimas do modo de produção capitalista e divulgou e propagou oficialmente a autogestão como sua principal bandeira. Ao menos teoricamente ele parece ter se orientado por valores que sugerem outros que aqueles que orientam as organizações estritamente capitalistas. Sabemos que isso, na prática, nem sempre aconteceu. Pelo contrário, muitas vezes o cooperativismo foi organizado intencionalmente para facilitar e justificar a reprodução da dinâmica capitalista. De modo que ele tem sido antes um instrumento de manutenção desta dinâmica do que a fundamentação estrutural de uma nova proposta de sociedade. As empresas de autogestão se inserem neste horizonte e, por si só, não representam um rompimento estrutural com a dinâmica de produção e de consumo capitalista. A autogestão interna não representa, necessariamente, um rompimento com as cadeias produtivas capitalistas, orientadas para a produção de valor de troca, e não para o bem-viver dos consumidores e dos produtores em geral. A economia popular – que aqui diferenciamos da popular solidária –, por sua vez, é caracterizada tanto pelas inúmeras formas de organização econômica geradas pelos excluídos do mercado formal (relegados à economia informal), como dos pequenos

empreendimentos e das unidades familiares ou culturais, e de muitas outras formas de economia alternativa (indígena, doméstica, agricultura familiar, clubes de troca, comunas, etc). Ela também carrega aspectos de economia não capitalista, principalmente por sua relação diferenciada com os meios de produção e na forma como se articula com outros empreendimentos de mesma índole. Também ela, porém, é, muitas vezes, bem integrada às exigências de reprodução do capital.

A Economia Popular Solidária (EPS) não se identifica – pelo menos não de modo completo – nem com o cooperativismo nem com a Economia Popular, embora existam aspectos comuns entre os três. Na EPS, a autogestão econômica é concebida como complementar e integrante da autogestão social. Ao se articular em redes solidárias de produção, de consumo, de comercialização e de serviços, ela cria circuitos econômicos não submetidos à dinâmica produtiva capitalista, sem, no entanto, se isolar da mesma dinâmica. Ela se auto-reconhece como fundamentadora de um novo projeto de sociedade, capaz de articular entre si, tanto empreendimentos coletivos como individuais e familiares, e fazer o enfrentamento com a economia de mercado. Por isso, identificar a EPS com Economia Popular ou com cooperativismo significa aniquilar sua novidade específica, seu potencial revolucionário.

Pergunta: Por que só num determinado momento histórico passamos a falar de EPS e não simplesmente de Economia Popular ou de Cooperativismo e quais são, então, seus princípios específicos?

2- A EPS É FUNDAMENTALMENTE UMA RELAÇÃO SOCIAL, DE EMPREENDIMENTOS ENTRE SI E DESTES COM OUTROS INDIVÍDUOS E OUTROS ATORES SOCIAIS, POR ISSO ELA NÃO É COMPREENSÍVEL ATRAVÉS DE CATEGORIAS EXCLUSIVAMENTE ECONÔMICAS

Os empreendimentos solidários que conseguem se afirmar enquanto tais, sem falirem ou sem se tornarem simples empreendimentos capitalistas, são aqueles que conseguem se articular política, social e economicamente com o maior número possível de outros empreendimentos e atores sociais (SCHÜTZ, 2002). A EPS, portanto, não é apenas uma alternativa econômica, visto que ela significa também a existência concreta de alternativas sociais e políticas. Sua viabilidade, portanto, não pode ser definida a partir de critérios que digam respeito apenas a sua viabilidade econômica. A sustentabilidade econômica, entretanto, é fundamental. Ela, no entanto, não pode se afirmar com base em critérios de competitividade financeira nem pela criação de necessidades artificiais nos consumidores através da propaganda (MANCIE, 1999). Isto seria sua capitulação frente à economia de mercado. Depende, por isto, fundamentalmente de compromissos éticos que se afirmam entre os empreendimentos e destes com outros atores sociais e individuais. Não se trata de

apelos caritativos, mas da consciência de que esta ação leva a um melhor bem-viver, tanto dos consumidores e dos produtores, como da realidade ambiental envolvida.

Os atores parceiros, e que, de certa forma, são parte constituinte da própria EPS, vão desde Sindicatos, ONGs, Igrejas, Movimentos Sociais, até setores de universidades e de governos, etc. Também estas entidades precisam refletir criticamente sobre seus instrumentos, suas expectativas e sobre os pressupostos utilizados na relação que estabelecem com os empreendimentos solidários propriamente ditos. As técnicas, tanto produtivas, organizativas como administrativas e contábeis, são, em muito, carregadas de uma visão de mundo comprometida com a reprodução do capital. Elas carregam consigo os objetivos para os quais foram produzidas: explorar e isolar os trabalhadores e extrair deles o máximo possível de mais-trabalho, de mais-valia. As técnicas são, pois, apesar de aparentemente neutras, instrumentos de dominação e de “formação”. Precisam, portanto, ser repensadas, a fim de que se coadunem com os objetivos da EPS. E isto tem validade tanto para os empreendimentos propriamente ditos, quanto para seus atores parceiros.

Pergunta: Que pressupostos pedagógicos, tecnológicos e estruturais devem orientar estas entidades a fim de que elas contribuam na constituição e na radicalização destas experiências enquanto protagonistas de um novo projeto de sociedade?

3- TODO EMPREENDIMENTO SEM PATRÃO É UM POTENCIAL EMPREENDIMENTO DE EPS, MAS ESTE FATO, POR SI SÓ, NÃO SIGNIFICA QUE ELE SEJA NÃO CAPITALISTA:

Além da autogestão interna, elementos como o antes da produção (de quem se compra a matéria-prima, aparelhos, máquinas, etc) e o bem-viver dos consumidores, bem como a relação com o meio ambiente, são critérios decisivos para afirmar o caráter popular e solidário de um empreendimento. Além disso, é um equívoco considerar sustentável, a médio e longo prazo, a existência de “ilhas” não capitalistas no interior da economia de mercado. Muitas vezes, nos empreendimentos autogeridos, seja devido a sua dificuldade financeira em adquirir equipamentos com o nível de desenvolvimento técnico e produtivo médio ou devido a sua baixa qualificação técnica e administrativa, existe uma sobrecarga absoluta de trabalho (SCHWENDTER, 1986). Experiências com intenções solidárias tornam-se, assim, formas de auto-exploração dos trabalhadores. Esta é a tendência fatal à qual, a médio e longo prazo, estão condenados todos os empreendimentos e todas as concepções que trabalham com a possibilidade da coexistência integrada e complementar de empreendimentos solidários e capitalistas. Experiências de

autogestão econômica que não levem progressivamente a temas relacionados com a autogestão social, e à articulação em redes, tendem a ser absorvidas por cadeias produtivas capitalistas.

Os inúmeros casos de terceirização de serviços, pelos quais cooperativas e empresas autogeridas são atreladas a empresas capitalistas tradicionais, têm demonstrado a realidade desse processo de absorção. A construção de uma identidade da EPS enquanto setor, com a qual possam se identificar empreendimentos e entidades, sem restringir sua ação diferencial à autogestão interna, é de importância vital. Uma das implicações práticas inevitáveis deste fato é a necessidade de articulação dos empreendimentos solidários em redes de consumo, de produção e de serviços. Estas vão desde a esfera local até a internacional e devem desenvolver, cada vez mais, a capacidade de dificultar o “fluxo de capitais” para os circuitos capitalistas e, ao mesmo tempo, “trazer capitais” para dentro das redes. Através delas, a EPS aumenta sua capacidade de convencer e de aglutinar empreendimentos, pessoas e atores sociais, fortalecendo a identidade do setor e do projeto de sociedade por ela representada. Só assim a EPS pode se apresentar, sem precisar recorrer a apelos caritativos, como uma alternativa real para os consumidores em geral. Esta diversidade comporta e respeita as mais diferentes formas econômicas, com exceção das capitalistas. Só assim ela poderá se afirmar de forma autônoma e não sucumbir diante da racionalidade e das práticas capitalistas sem, no entanto, deixar de se relacionar e de se confrontar com as mesmas práticas e racionalidade.

Pergunta: Como consolidar a articulação de redes de EPS trazendo para elas empreendimentos, pessoas e grupos com potências de produção e de consumo solidário, que hoje estão submetidos a cadeias de produção e de consumo capitalistas?

4- A EPS PODERÁ DAR UM NOVO IMPULSO À EDUCAÇÃO POPULAR E AOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES POR UM LADO E, POR OUTRO, ELA PRECISA DESTES E DE SEUS ACÚMULOS METODOLÓGICOS E ESTRATÉGICOS PARA PODER SE CONSOLIDAR COMO PROPOSTA NÃO CAPITALISTA

A vida cotidiana é a base de atuação da educação popular. Ela se propõe a ser libertadora, não determinada pelos métodos educativos oficiais e suas ideologias. A EPS, enquanto ação intencionalmente transformadora, não pode, por sua vez, se apoiar prioritariamente nos atuais espaços oficiais de aprendizagem e de formação. Há aí uma evidente confluência complementar destas duas esferas. Muitas pessoas que constituem os próprios empreendimentos já passaram por algum processo de educação popular. Muitos empreendimentos foram impulsionados e apoiados por organizações ligadas à educação popular ou a movimentos que, de alguma forma,

resultaram da mesma educação popular. Foi nestes espaços que a EPS encontrou seus primeiros impulsos, que ela se gestou. Por outro lado, a educação popular encontra na EPS um revigoramento temático e estratégico, pois viabiliza o agregamento de novas temáticas, pessoas e atores sociais.

Os Movimentos Sociais Populares (incluindo aí também o Movimento Sindical), que, por muito tempo, tiveram suas pautas praticamente reduzidas a ações reivindicativas, revigoram sua ação na medida em que se constituem também espaços de construção, de apoio e de afirmação de alternativas econômicas. Isso não só lhes dá uma maior e melhor capacidade propositiva, como evita que suas conquistas materiais se diluam dentro da economia de mercado. Além disso, as experiências de EPS, quando gestadas, apoiadas ou acompanhadas pelos movimentos, levam a uma maior interação prática entre os movimentos, fortalecendo sua identidade comum. De modo especial, isso é perceptível na relação entre movimentos do meio rural com os do meio urbano. Os movimentos, com o público por eles envolvido ou afim, juntamente com outros atores populares, podem garantir uma sustentabilidade material às redes de EPS, de forma que estas possam dar seus primeiros impulsos e se fortalecer frente à economia de mercado.

Pergunta: Como EPS, educação popular e Movimentos Sociais Populares podem se fortalecer mutuamente a partir de suas especificidades e delinear projetos comuns?

5- A TEMÁTICA DA EPS EVIDENCIA A UNILATERALIDADE DE MUITAS AÇÕES DAS ESQUERDAS E CONTRIBUI PARA SUA REFUNDAÇÃO:

Por muito tempo, as esquerdas privilegiaram a atuação política, e esta foi, muitas vezes, reduzida à esfera estatal, institucional, ou seja, manteve-se limitada aos espaços e aos instrumentos disponibilizados pelo Estado de Direito. Dentre outras coisas, isso teve como pressuposto a aceitação da esfera da economia como independente da política e, conseqüentemente, que a economia possui leis próprias e autônomas. Mesmo quando se cogitava a possibilidade de novos ordenamentos econômicos, isso só parecia possível através do aparato Estatal, de cima para baixo. O que, no fundo, se almejava, era um capitalismo de Estado. Isso dificultou em muito a práxis intencionalmente transformadora na esfera econômica, embora esta fosse bem mais próxima da vida cotidiana das pessoas do que as estruturas burocrático-estatais.

Hoje em dia, cada vez mais se torna evidente que a estrutura do Estado moderno é um espaço limitado e, por vezes, limitador dos processos de transformação. Paralelamente, estão sendo re-descobertas dimensões políticas inerentes às relações econômicas. Evidencia-se, cada vez mais, que economia de mercado e Estado de Direito se complementam e que formam uma unidade orgânica.

Não pode haver transformação profunda em uma esfera sem haver também na outra. Com a EPS, inclusive estão se evidenciando as estruturas de opressão e de dominação camufladas por detrás da aparente neutralidade das leis de mercado. Assim, torna-se possível tematizar socialmente elementos que dizem respeito às relações cotidianas, aos hábitos de consumo, às posturas em relação ao meio ambiente, etc., como sendo temas fundamentalmente políticos com conseqüências imediatas para uma ação pedagógica libertadora. Também a legitimidade de acordos financeiros, de políticas econômicas e comerciais, etc., podem ser tematizadas a partir de referências mais próximas à realidade existencial das pessoas, perdendo, assim, sua aparência de naturalidade necessária. Mesmo sendo herdeira de muitas tradições e de pressupostos da esquerda, a EPS a desafia a dar um novo salto qualitativo. Ou seja, com a realidade e o debate em torno da EPS, a esquerda não só está (embora nem toda, obviamente!) se dando conta de alguns de seus limites, mas, ao mesmo tempo, está ganhando novas temáticas, novos horizontes e novos impulsos.

À medida que existe um empreendimento solidário, constitui-se não só um instrumento de poder econômico mas também um espaço de organização popular de base, uma força social e política, um novo referencial de aprendizagem. A EPS estará sempre se confrontando com o poder político constituído, seja por suas justas reivindicações ou pelo confronto constante com as limitações que seus marcos legais exigem. Sua autonomia em relação à estrutura estatal, no entanto, é real e necessária, na medida em que ela não reconhece esta como o espaço privilegiado e adequado do fazer político, pois este buscará sempre capitanear e atrelar o potencial mobilizatório da EPS, diluindo-o em suas estruturas e figuras jurídicas. A EPS, assim como todos os Movimentos Sociais Populares, terá sempre que lutar pela transformação destas estruturas (e pela ampliação do conceito do político!), uma vez que a forma como estão estruturadas e seus objetivos não se coadunam com a organização e as bandeiras fundamentais da EPS. É isto o que possibilita a construção, a partir da EPS, de uma identidade de setor capaz de se coadunar e de fortalecer uma identidade popular, ou seja, a identidade daqueles que lutam pela libertação de estruturas opressoras capitalistas. Mesmo que um trabalhador ou trabalhadora solidária não tenha fisicamente um patrão a sua frente, estará confrontado com a impessoalidade da dinâmica da produção de mercadorias em todos os níveis do fazer econômico. A EPS não precisa se afirmar, em primeira linha, contra figuras físicas ou jurídicas representadas por um patrão, mas contra um projeto de sociedade. Isso aponta para uma nova perspectiva não mais reduzida a uma ou outra classe, pois a figura do patrão tende a ser substituída pela impessoalidade dos acionistas, sem que a lógica da produção de mercadorias seja questionada. A luta, portanto, é contra a própria lógica da produção de mercadorias, que pode se fazer presente mesmo onde não existam patrões.

Pergunta: Como a EPS pode contribuir no impulsionamento das esquerdas, a fim de que elas não tornem a se deixar paralisar pela estruturas institucionais, de mercado e de direito, atuais?

6- A POLÊMICA EM TORNO DO QUE É A AÇÃO EDUCATIVA MAIS IMPORTANTE NUM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO, SE É A CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS DE RESISTÊNCIA, PRODUÇÃO, CONSUMO E MODOS DE VIDA, OU SE SÃO AS LUTAS ESTRUTURAIS, MASSIVAS, ASSIM CHAMADAS POLÍTICAS, É UMA FALSA POLÊMICA

Mesmo sobre a ditadura da racionalidade única do capital, vemos em muitos espaços sociais se constituírem subculturas (SCHWENDTER, 1993) (grupos, organizações, tradições, movimentos sociais, etc.) que, por suas especificidades, não se regem integralmente pela economia de mercado. É a partir destas formas de organização e de seu potencial crítico que se viabilizam novos projetos de futuro. Estes, por sua vez, têm implicações tanto em nível estrutural como cotidiano, tanto na convivência social como na convivência ambiental. As experiências acumuladas tendem a se converter em novas formas de economia, bem como novas formas de estruturação social. Dizer que uma ou outra esfera é mais importante que a outra é um déficit na compreensão das conexões existentes na totalidade social. É projetar o processo de transformação de forma unilateral e equivocada sem perceber sua inserção na totalidade social.

O que faz com que um grupo ou organização priorize uma ou outra esfera num determinado contexto pode sempre ser relacionado de forma complementar com o que está sendo feito ou poderia ser feito em outras esferas. Fortalecer a identidade emancipatória fundamental destas diversas formas de ação dentro de uma referência social ampla é o que se apresenta como o grande desafio (PALUDO, 2001), tanto para os Movimentos Sociais Populares, bem como para os projetos sociais vinculados à EPS, seus intelectuais orgânicos, etc. Se isso não acontecer, tanto as experiências cotidianas, por sua fragilidade diante do aparato institucional, como as lutas de cunho estrutural, por causa da perda de vínculos, referenciais e impulsos emancipatórios concretos, tendem a se dissolver e ser absorvidas pela racionalidade formal-legal e mercadológica (LUKÁCS, 1978, 401ss.).

Nem a estrutura do Estado liberal, com seus correlatos institucionais, nem as leis da economia mercado, com suas exigências sacrificialistas, deveriam chegar a pautar a práxis da EPS. O que não quer dizer que não deva haver um permanente confronto com estes espaços e estruturas.

Pergunta: Que possibilidades existem nas estruturas estatais atuais e que novos espaços de decisão política e econômica precisam ser constituídos a fim de afirmar e de potencializar a autonomia e o caráter propositivo da EPS?

7- A EPS É UM ESPAÇO PRIVILEGIADO DE REINVENÇÃO E DE FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA E PODERÁ SE TORNAR UM REFERENCIAL CAPAZ DE VIABILIZAR UMA NOVA ALIANÇA ESTRATÉGICA DOS ATORES SOCIAIS QUE LUTAM PELA TRANSFORMAÇÃO:

A práxis transformadora pressupõe uma organicidade, uma processualidade, pois que não é algo em que alguém se envolve como num passe de mágica e nem acontece de uma vez por todas. Exige, por um lado, envolvimento e referenciais práticos de vivências de esperança (ASSMANN, 2000) e, por outro, a constante e a progressiva reflexão crítica capaz de perceber, nas macroestruturas, os espelhamentos das realidades cotidianas e vice-versa. Embora contribuições individuais sejam fundamentais, o novo saber só adquire força social à medida que é construído coletivamente e incorporado através da práxis conjunta. Só assim ele pode se tornar um poder popular (PALUDO, 2001). Justamente estes pressupostos se encontram de forma privilegiada na EPS. Pela atuação na EPS, os indivíduos podem construir referências, de forma gradual e a partir de suas realidades vivenciais individuais e coletivas, para sua afirmação crítica e autônoma diante da realidade reificada. Estas referências, portanto, dizem respeito a dimensões da vida das quais a racionalidade institucional do Estado moderno simplesmente abstrai e dimensões que a economia de mercado reprime. Por isto, elas carregam um potencial muito mais subversivo do que aqueles referenciais permitidos e limitados por esta racionalidade. Elas a transcendem. São espaços privilegiados de reinvenção conjunta de valores e de práticas que, por sua vez, podem fundamentar uma outra forma de ser, de relacionar e de compreender no mundo.

Além disso, como referências sensíveis, concretas, geralmente vinculadas aos contextos locais e regionais, as experiências de EPS são indicadores vivenciais do caráter transformador ou não de um processo. Assim, por exemplo, o indicador último do caráter transformador de uma experiência institucional passa a ser se ela conseguiu propor e fortalecer formas de produção, consumo e vida diferentes das capitalistas. Ou seja, se o poder popular, além de um maior controle democrático do Estado, traduziu-se também em geração e em fortalecimento de formas e relações econômicas que transcendam a economia de mercado. Ela é, partindo deste ponto de vista, um indicador do caráter transformador de uma organização ou intenção transformadora. Pessoas e organizações que temem ver “desmascarado” seu caráter de esquerda dificilmente aceitarão fazer da EPS uma referência estratégica. Mesmo assim, com o evidenciamento dos limites das ações pautadas pela ação estatal (o que não é o mesmo que ação política!), também são postas em questão as referências em torno das quais tradicionalmente se constituíam as alianças estratégicas das esquerdas, como, por exemplo, um partido político, essas novas referências precisam ser construídas. Tendencialmente, a EPS está se tornando esta referência.

O fato de ela estar sendo um tema que vem sendo trabalhado de forma progressiva em grande parte dos Movimentos Sociais, dos Sindicatos de Trabalhadores, das Pastorais Sociais, das ONGs, das administrações populares, etc., é um sinal evidente desta tendência. E, pelo fato de, nela, a integralidade pessoal e social dos indivíduos ser a referência última das ações, ela tende a ser um referencial político-estratégico com potenciais emancipatórios muito mais radicais do que os referenciais existentes até hoje. Para que isto se torne uma realidade efetiva há ainda um longo caminho a ser percorrido. Esse caminho está, no entanto, sendo construído através de diversas referências e abordagens. Se a EPS chegar a se confirmar enquanto tal, viabilizar-se-á um novo patamar qualitativo nos projetos e nas ações das esquerdas com conseqüências ainda inimagináveis para sua ação. Tornar a EPS uma referência estratégica para as esquerdas é talvez o desafio mais profundo, não apenas para ela mesma, mas para a esquerda como um todo.

Pergunta: A que se deve o fato de a EPS ainda não ser uma referência estratégica para muitos setores das esquerdas? Seria a EPS muito pouco de esquerda ou a esquerda menos sincera em suas intenções transformadoras do que anuncia ser?

8- PARA QUE A EPS SE AFIRME COMO PROPOSTA DE SOCIEDADE ELA PRECISA ESTAR EM CONDIÇÕES DE PRODUZIR, COM QUALIDADE COMPARÁVEL OU SUPERIOR À ECONOMIA CAPITALISTA, TODOS OS PRODUTOS NECESSÁRIOS PARA O BEM-VIVER:

Por serem produzidos e consumidos dentro de uma outra concepção de mundo e de vida, provavelmente estes produtos terão de se diferenciar daqueles oferecidos pela economia de mercado. De qualquer forma, eles precisam gerar sentimentos de bem-estar e de felicidade mais vigorosos que aqueles gerados pelos produtos disponíveis no mercado capitalista. Certamente isso não acontecerá de forma repentina; será, antes, um processo gradual de rupturas, pois exige, principalmente por parte dos consumidores, a mudança de posturas e de prioridades existenciais, capacidade de se libertar dos constantes bombardeios ideológicos promovidos pela sociedade liberal, ou seja, pressupõe um projeto educativo capaz de liberar e de desenvolver novas “dimensões humanas (afetivas, cognitivas e sociais)” (MANCIE, 2003, p. 19).

Impulsionar a produção, o consumo e a circulação para além do oferecido atualmente deveria ser a instância última a orientar as ações de ordem logística da EPS, pois é aí que se constitui seu principal desafio enquanto projeto de futuro, qual seja, ser um espaço de gestação e de proposição concreta de valores e de princípios capazes de fundamentar novas formas de vida. É, pois, necessário não só ter acesso aos meios de produção, mas reorientá-los para fins solidários. Isso

implica, entre outras coisas, que os trabalhadores e trabalhadoras da EPS tenham, a sua disposição, meios técnicos e materiais adequados. Implica tornar-se majoritária na produção daquelas cadeias produtivas estratégicas para o bem-viver das pessoas, atingindo tanto o consumo produtivo como final destas. A geração de produtos de consumo produtivo (máquinas, aparelhos, etc.) dentro das próprias redes de EPS se apresenta, por isso, como um grande desafio, pois é justamente através de sua produção que se gera uma das maiores fontes de mais-valia na economia capitalista, muitas vezes, inclusive, mais-valia extra, pois, com o monopólio produtivo, ela pode definir o preço que quiser.

A EPS, entretanto, tem se ocupado, majoritariamente, com a produção e o consumo de produtos caracterizados como sendo de consumo final (alimentos, vestuários, acessórios, artesanato, etc.). Sem superar esta situação haverá sempre uma dependência fundamental de empresas capitalistas centrais, o que, dentre outras coisas, significa uma perda de capital para as redes. O acesso aos meios de produção, numa sociedade de classes, onde os trabalhadores são excluídos dos mesmos meios, é uma dificuldade central para a EPS; uma das formas de conquistá-los é ocupá-los, nos moldes como já acontece na ocupação de terras improdutivas ou de empresas falidas; são ações legítimas do ponto de vista da EPS e da proposta que representam. Outro caminho é sua aquisição ou sua fabricação por vias normais de mercado. Para poder adquirir-los ou para realizar pesquisa para produzi-los, precisa-se, no entanto, de capital. É preciso, portanto, acumulá-lo (auto-exploração!) ou obtê-lo de outro lugar.

Os fundos solidários são uma alternativa, que, a médio prazo, deveriam ser a principal fonte de financiamento e de pesquisa, tendo em vista o fortalecimento da autonomia do setor. Os fundos públicos, assim como outros meios e outros instrumentos estatais (SINGER, 2005), no entanto, por serem capitais historicamente acumulados, extraídos dos próprios trabalhadores e trabalhadoras, devem ser reivindicados para estes fins. É um direito que a EPS tem e expressa a capacidade propositiva da EPS frente ao Estado e à sociedade. Certamente os créditos aí obtidos não podem ser devolvidos sob os mesmos critérios que os tomados por empresas capitalistas, pois isso significaria submeter os próprios empreendimentos solidários a uma lógica estritamente financeira, o que não corresponde ao que eles representam para a totalidade social. Importante, pois, que ambas as alternativas sejam simultaneamente construídas: acesso ao crédito público com condições adequadas e formação de fundos solidários.

Pergunta: Em que critérios de legitimidade política os empreendimentos de EPS deveriam se orientar em sua luta pelo acesso aos meios de produção – seja via ocupação dos mesmos ou de sua compra com recursos advindos de fundos públicos ou próprios –, sem que sua autonomia e reconhecimento social sejam prejudicados?

9- ATUALMENTE A ECONOMIA CAPITALISTA AFIRMOU SUA HEGEMONIA ESTRUTURAL E IDEOLÓGICA NA SOCIEDADE E A EPS É UM SINAL DE SEU ESGOTAMENTO E DAS POSSIBILIDADES DE SUA SUPERAÇÃO:

Subjetivamente, a lógica do capital se impôs em quase todas as dimensões da vida das pessoas, incidindo sobre suas relações, utopias e estruturas de sentimento. Objetivamente, devido aos avanços científico-tecnológicos – maior composição orgânica do capital – e a conseqüente e progressiva acumulação de trabalho morto, ela precisa de cada vez menos contingentes de trabalhadores para sua reprodução. Ou essas pessoas e/ou populações se organizam fora das regras do mercado formal ou estão condenadas à exclusão ou mesmo à morte. É por essa situação drástica que um número cada vez mais crescente de pessoas é levado à miséria extrema e à morte.

Soluções restritas aos limites impostos pelas regras da economia de mercado não dão conta deste problema. À medida que as pessoas não alimentam mais esperanças de serem re-incluídas no sistema pelos caminhos normais, buscam alternativas fora destas regras. Nem sempre, no entanto, isso significa que estas regras estarão sendo colocadas em questão. As alternativas variam desde ações criminais das mais diversas (o crescimento progressivo da violência deveria ser compreendido dentro deste horizonte), recuperação de formas de subsistência tradicionais, até a organização de empreendimentos autogeridos e solidários. Muitas vezes, a intencionalidade destas formas de organização não ultrapassa o objetivo de integração no mercado formal. O funcionamento, a lógica imanente do mercado, assim, não é questionada. Busca-se apenas uma alternativa não convencional de acesso às riquezas sociais monopolizadas pelo mercado capitalista.

O nível de renda das pessoas, cuja sobrevivência depende destes empreendimentos, é, na média, bem menor do que aquele das pessoas que possuem postos de trabalho formais. Do interior desta situação drástica, no entanto, podem ser construídas soluções que fundamentem outras formas de economia que não a de mercado. Seu êxito depende da capacidade de apresentar soluções melhores que as capitalistas para o bem-viver. A EPS, na medida em que se orienta por outros parâmetros e não está atrelada às regras existentes e, mesmo assim, torna possível o bem-viver das pessoas, representa uma alternativa qualitativamente diferente. É, ao mesmo tempo, resposta a uma situação drástica e proposta de superação das raízes geradoras desta situação. A EPS reacende a esperança dos excluídos sem que esta seja identificada com a re-inclusão nas referências subjetivas e objetivas do sistema atual.

Pergunta: Como a EPS, por ser uma proposta qualitativamente diferente, pode superar seu atual caráter de economia secundária e marginal e se apresentar como uma nova referência de valores subjetivos e de orientação objetiva para o conjunto da sociedade?

10- A EPS SE DIFERENCIA DAS DIVERSAS FORMAS DE ECONOMIA ALTERNATIVA, QUE TIVERAM SEUS MOMENTOS DE EXPANSÃO NAS CRISES CÍCLICAS DO SISTEMA CAPITALISTA, À MEDIDA QUE NÃO SE DEIXAR REDUZIR A UM PALIATIVO ISOLADO

Pessoas que não conseguem pôr sua mão-de-obra à venda no mercado capitalista vêem sua existência ameaçada e com isso se submetem a trabalhos que lhes garantem um mínimo absoluto, o que muitas vezes sequer corresponde a um mínimo histórico, para sobreviver. São formas de economia alternativa. Quando passam os períodos de crise, no entanto, estas pessoas (ou mesmo empreendimentos) são, tendencialmente, re-incorporados ao mercado capitalista ou desaparecem (SCHWENDTER, 1986).

O fortalecimento da EPS como um setor autônomo, com circuitos de valor próprios, desde o nível local ao internacional, unificando o fator das culturas locais com o da solidariedade articulada em outros níveis, a diferencia qualitativamente das experiências anteriores. Essa diferenciação não quer dizer que seja contraditória às mesmas experiências anteriores, ou que ambas se excluam mutuamente. De modo geral as formas de economia alternativa ao capitalismo, que no seu interior se gestaram no decorrer do tempo, podem ser classificadas como experiências pontuais. A articulação material e solidária em outras esferas e com outros atores sociais nunca foram constitutivas de sua identidade, enquanto que este é um dos elementos constitutivos da EPS. Atualmente elas podem, no entanto, se fortalecer e se tornarem sustentáveis a médio e longo prazo, à medida que se agregam às redes de EPS. Ou seja, experiências alternativas das mais diversas e EPS tendem a se fortalecer mutuamente. Assim como do interior e do esgotamento da sociedade feudal se gestou o capitalismo, assim surge agora uma nova forma de sociabilidade, do interior e do esgotamento do próprio capitalismo. De dentro para fora, de baixo para cima. Embora não seja o único, a EPS é um dos sinais mais evidentes da chegada deste patamar histórico.

Assim como a economia de mercado não suportava as instituições feudais, assim também a economia que está se gestando a partir da EPS não poderá se coadunar com as estruturas estatais atuais. Ela está se constituindo numa forma de vida, econômica e política, que poderá se manter mesmo que ainda haja momentos de expansão e de revigoração da dinâmica produtiva capitalista. Isso se sustenta, não apenas pelo fato de ela oferecer melhores pistas de superação dos problemas sociais e ambientais, mas também por proporcionar um maior nível de satisfação existencial, liberando novas perspectivas de futuro, criando novos canais de sensibilidade, estruturas de sentimentos, criatividade, etc.

Pergunta: Como a EPS pode contribuir na articulação das especificidades culturais e territoriais num projeto amplo de transformação?

II- A EPS APONTA PARA A SUPERAÇÃO ESTRUTURAL DAS PROBLEMÁTICAS DO CRESCIMENTO PROGRESSIVO DA DESTRUIÇÃO AMBIENTAL E DA MISÉRIA HUMANA, PARA AS QUAIS O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NÃO CONSEGUE PROPOR SOLUÇÕES ESTRUTURAIS

Estas são problemáticas resultantes da lógica imanente da dinâmica reprodutiva da economia de mercado, do capital, e que deste ponto de vista se apresentam como sacrifícios necessários. O agravamento e o confronto com esta realidade vem enfraquecendo sua hegemonia, seu reconhecimento social. As guerras, pela manutenção desta ordem em nível mundial, são uma das conseqüências, mas, fundamental e estruturalmente, esta dinâmica só consegue se legitimar à medida que mantém nas pessoas a esperança de serem re-incluídas e enquanto consegue convencer de que este é o único caminho para se chegar a uma sociedade melhor. Essa dinâmica impede, assim, a concretização de qualquer outra utopia social. A lógica sacrificial (HINKELAMMERT, 1995) só consegue se manter graças a este utopismo, que ela precisa manter nos imaginários individuais e coletivos. Ela precisa constantemente criar novas formas de se fazer reconhecer, de se legitimar, de tornar as pessoas dependentes das necessidades por ela criadas. A EPS, no entanto, é um sinal de que é possível produzir, relacionar e viver para além da economia de mercado.

A EPS, na medida em que estabelece novas relações com a natureza, humana e não humana, e ao estar profundamente vinculada com a realidade local e regional, tende a fundamentar um novo paradigma, uma vez que contém indicativos de superação dos dois problemas que o modo de produção capitalista não consegue resolver, a dizer, o crescimento progressivo da miséria humana e da destruição ambiental. Isto pode ser comprovado pela forma eqüitativa e solidária em que de modo geral se distribuem os bens produzidos na EPS, bem como pelo vínculo explícito que grande parte dela tem com temas ambientais. Majoritariamente a EPS tem atualmente esta tendência transformadora, mas cabe aqui um alerta: a EPS pode ser instrumentalizada e tornar-se uma forma não convencional de reintegração dos destroços e das migalhas humanas e materiais e, até mesmo, de formas econômicas não capitalistas, aos circuitos do capital.

Se os empreendimentos de EPS não conseguirem produzir algo além de empreendimentos condenados à falência ou se se tornarem empreendimentos capitalistas, então a EPS não passa de uma forma de “ocupar os desocupados” muito conivente com o sistema ou de uma “terapia ocupacional” que camufla as contradições e os atritos fundamentais da sociedade. Da mesma forma, o discurso ecológico, as questões culturais específicas, regionais, etc., podem ser facilmente integrados e neutralizados em seu potencial emancipatório. A EPS, no entanto,

não está previamente destinada a servir para um fim nem para outro. A causa em questão não está decidida, pois é o caminhar que fará o caminho. Somente a práxis das pessoas e dos atores sociais envolvidos é que definirá os rumos e a função da EPS daqui para frente.

Afirmar que a EPS se confronta constantemente com este perigo de forma alguma dilui seu potencial transformador e a possibilidade de ela se afirmar como uma referência estratégica para um agir transformador. Pelo contrário, isto torna evidente que sua constituição atual não está sucumbindo à dinâmica produtora de mercadorias, que ela se diferencia da mesma. Não assumir este constante perigo e situação de confronto significa relegar a EPS a eterna marginalidade econômica e social e perder a oportunidade de re-constituir um sentido comum para as esquerdas. É no processo de reconhecimento e de enfrentamento deste perigo que se vai construindo a própria identidade da EPS e efetivando seu potencial transformador. O que está em questão não é apenas a viabilidade social da EPS, mas a viabilidade de uma outra sociedade.

Pergunta: Que pressupostos pedagógicos precisam ser garantidos para que a EPS não se torne um instrumento de legitimação da sociedade capitalista, mantendo pessoas e projetos atrelados a sua dinâmica produtiva e aos valores e horizontes correspondentes?

NOTAS

I Professor Doutor em Filosofia, da Unioeste Campus de Toledo.

2 Segundo Paulo Freire, desta "falta de dúvida" sofrem tanto os sectários de direita como os de esquerda, sendo que se distinguem apenas "na medida em que o primeiro pretende 'domesticar' o presente para que o futuro, na melhor das hipóteses, repita o 'presente', enquanto o segundo transforma o futuro em algo preestabelecido, uma espécie de fado, de sina ou de destino irremediável. [...] Ambos se fazem reacionários porque, a partir de sua falsa visão de história, desenvolvem um e outro formas de ação negadoras da liberdade (FREIRE, 2002, p. 26).

3 Pressupomos aqui dados revelados por pesquisas e diagnósticos realizados por Governos, ONGs e Universidades, que confirmam a existência e o progressivo crescimento deste setor da economia. *Sites* onde esta realidade pode ser referendada através de textos, dados empíricos e indicações bibliográficas: <www.ecosol.org.br>, <www.milenio.com.br>, <www.caritasbrasileira.org>, <www.redesolidaria.com.br>, <www.ibase.br>, <www.unitrabalho.org.br>, <www.abong.org.br>, <www.fbes.org.br>, etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rosângela. *Agro-ökologischer Markt der Várzea Paraibana Bildungspraxis für Solidarische Ökonomie*". In MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita/ NITSCH, Wolfgang (Org.). *Solidarische Ökonomie in Brasilien und Deutschland - Wege zur konkreten Utopie*. Kassel: Kassel University Press, 2005.
- ASSMANN, Hugo; MO SUNG, Jung. *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BLOCH, Ernst. "Das Prinzip Hoffnung" (Vol. I e II). Frankfurt am Main: Surkamp, 1977.
- CAMP. *Movimentos sociais e Estado: limites e possibilidades*. Caderno de Debates, Porto Alegre, vol.2, 2001.
- ELSE, Suzanne. "Empovermentprozesse und genossenschaftliches Handeln". In MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita/ NITSCH, Wolfgang (Org.). *Solidarische Ökonomie in Brasilien und Deutschland - Wege zur konkreten Utopie*. Kassel: Kassel University Press, 2005.
- FLICKINGER, Hans-Georg. *Em nome da liberdade: elementos da crítica ao liberalismo contemporâneo*. Coleção Filosofia 153. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 34. Editora São Paulo: Paz e Terra, 2002..
- HINKELAMMERT, Franz. *Cultura de esperanza y sociedad sin exclusión*. San José (Costa Rica), DEI, 1995.
- LUKÁCS, Geor 1978:.. *Geschichte und Klassenbewusstsein*. Herman Luchterhand Verlag: Darmstadt und Neuwied.
- MANCE, Euclides. "Educação popular libertadora". In MANCE, Euclides (Org.). *Como organizar redes solidárias*. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFil, 2003.
- _____. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MARX, Karl. *Das Kapital*. Marx Engels Werke: vol. 23 (I e III), 1974.
- _____. *Thesen über Feuerbach*. Marx Engels Werke: vol. 3, 1962.
- MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita/ NITSCH, Wolfgang (Org.) *Solidarische Ökonomie in Brasilien und Deutschland - Wege zur konkreten Utopie*. Kassel: Kassel University Press, 2005.
- PALUDO, Conceição. *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- POLANY, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio e Janeiro: Campus, 2000.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- SINGER, Paul. *Beitrag zu einer nationalen Politik des Volkskredits*". In MÜLLER-PLANTENBERG,

Clarita/ NITSCH, Wolfgang (Org.). *Solidarische Ökonomie in Brasilien und Deutschland - Wege zur konkreten Utopie*. Kassel: Kassel University Press, 2005.

MELLO, Sylvia Leser. *Historisch theoretischer Rückblick auf die Wurzeln der Solidarischen Ökonomie in Brasilien*". In MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita/ NITSCH, Wolfgang (Org.). *Solidarische Ökonomie in Brasilien und Deutschland - Wege zur konkreten Utopie*. Kassel: Kassel University Press, 2005.

SCHÜTZ, Rosalvo et alii. "*Economia Popular Solidária*". Pesquisa/ação. Regiões: Altos da Serra – Grande Porto Alegre – Sul /RS. Porto Alegre: Evangraf, 2002.

SCHÜTZ, Rosalvo. "*A falácia da democracia moderna*". Revista Espaço Acadêmico, Maringá, nº 42, Nov. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/042/42cschutz.htm>>. Acesso em: 03 de março 2008.

_____. "*Os limites da emancipação política*". In CAMP. *Movimentos sociais e Estado: limites e possibilidades*. Caderno de Debates, Porto Alegre, vol.2, 2001.

_____. *Para além da legalidade: o caráter pedagógico dos movimentos sociais populares*. Disponível em: <<http://www.camp.org.br/home.htm>>. Acesso em: 15 janeiro 2008.

_____. *Potencialidades pedagógicas dos movimentos sociais populares*. Cívitas, Porto Alegre, v. 4, n. 1- jan.-jun., 2004.

SCHWENDTER, Rolf. 1993: *Theorie der Subkultur* - 4. Aufl. mit einem neuen Nachw. – Hamburg, Europ. Verl.-Anst.

_____. *Die Mühen der Berge*. - 1. Aufl. - München : AG-SPAK-Publ, 1986.